

### I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão. Conselho de Administração e Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31/12/2018				V - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM MILHARES DE REAIS)					
II - BALANÇOS PATRIMONIAIS (EM MILHARES DE REAIS)				01/07/2018 a 31/12/2018					
ATIVO		PASSIVO		01/01/2018 a 31/12/2018					
				01/01/2017 a 31/12/2017					
				(Não Auditado)					
<b>CIRCULANTE</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>01/07/2018 a 31/12/2018</b>	<b>01/01/2018 a 31/12/2018</b>	<b>01/01/2017 a 31/12/2017</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	1.386.148	1.396.717	DEPÓSITOS (NOTA 12)	783.501	657.255	Resultado do semestre/exercício	43.232	84.320	89.229
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	7.760	11.232	Depósitos à Vista	289.486	222.479	AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	40.165	81.725	72.370
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.017	-	Depósitos Interfinanceiros	216.399	162.732	(Reversão) Provisão para operações de crédito	3.067	2.595	16.859
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	154.463	145.063	Depósitos a Prazo	70.577	58.273	(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.214	(3.487)	9.983
Carteira Própria	154.463	145.063	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	404.957	349.644	(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	1.013	447	680
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	408.535	531.419	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	41	11	(Reversão) Depreciação do imobilizado de uso	210	(294)	477
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1	22	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	404.916	349.633	Amortização do intangível	2.300	4.384	3.845
Depósitos no Banco Central	-	646	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	4.785	3.191	Baixas do ativo permanente	98	141	581
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	660	307	Recursos em Trânsito de Terceiros	4.785	3.191	Baixas de investimentos	-	-	5
Correspondentes no País	913	775	OBRAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	-	13.683	(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(433)	517	(95)
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	406.961	529.689	Empréstimos País - Outras Instituições	-	13.683	Destinações ao FATES	(3.036)	(3.036)	(2.786)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	758.189	662.621	OUTRAS OBRIGAÇÕES	84.273	68.258	Dividendos SicrediPar	(264)	37	442
Operações de Crédito	797.210	705.724	Cobrança e Arrecadação de Tributos	657	359	<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(185.381)</b>	<b>(179.920)</b>	<b>(181.630)</b>
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(39.021)	(43.103)	Sociais e Estatutárias	6.895	6.821	(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(98.342)	(106.882)	(14.003)
OUTROS CRÉDITOS	52.418	45.129	Fiscais e Previdenciárias	4.144	3.040	(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(4.763)	(9.400)	(112.656)
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 07)	490	1.034	Diversas (NOTA 15)	72.577	58.038	(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	8.535	21	(15)
Rendas a Receber	4.402	3.350				(Aumento) Redução em créditos vinculados	(423)	294	(803)
Créditos Específicos	769	723				(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(167)	(138)	614
Diversos (NOTA 06 e 08)	48.818	42.339				(Aumento) em operações de crédito	(232.973)	(273.793)	(128.805)
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(2.061)	(2.317)				Aumento em relações interfinanceiras passivas	106.482	80.561	36.616
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	766	1.253				(Aumento) em outros créditos	(2.829)	(7.079)	(6.951)
Outros Valores e Bens	2.409	2.479				Redução em outros valores e bens	7	57	768
(Provisão para desvalorização)	(1.779)	(1.332)				Aumento em depósitos	33.412	133.031	30.864
Despesas Antecipadas	136	106				Aumento em relações interdependências passivas	3.499	1.594	758
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>621.033</b>	<b>332.532</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>829.877</b>	<b>738.606</b>	(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(14.644)	(13.683)	(39)
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	126.290	23.425	DEPÓSITOS (NOTA 12)	781.696	715.673	Absorção de dispêndios pelo FATES	(2.534)	(5.774)	(3.218)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	126.290	23.425	Depósitos Interfinanceiros	14.577	-	Aumento em outras obrigações	19.359	21.271	15.240
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	409.147	227.436	Depósitos a Prazo	767.119	715.673	<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa</b>			
Operações de Crédito	439.660	257.354	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	48.181	22.933	Líquido Proveniente/(Aplicado)	<b>(142.149)</b>	<b>(95.600)</b>	<b>(92.401)</b>
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(30.513)	(29.918)	Repasse Interfinanceiros	48.181	22.933	Aquisição de Investimentos	-	(488)	-
OUTROS CRÉDITOS	3.802	3.754				Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.294)	(4.228)	(4.151)
Diversos (NOTA 07 e 08)	4.009	3.999				Aplicações no Intangível	(2.194)	(7.590)	(5.730)
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(207)	(245)				<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa</b>			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	-	17	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>393.803</b>	<b>333.388</b>	Líquido Proveniente/(Aplicado)	<b>(4.488)</b>	<b>(12.306)</b>	<b>(9.881)</b>
Despesas Antecipadas	-	17	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	164.680	151.860	Integralização de capital	2.043	3.947	4.756
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	37.241	36.753	De Domiciliados no País	164.689	151.868	Baixa de capital	(5.168)	(10.303)	(9.891)
Outros Investimentos	37.241	36.753	(Capital a Realizar)	(9)	(9)	Juros ao capital próprio	(207)	(207)	(215)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	25.013	24.812	RESERVAS DE SOBRAS	204.839	159.245	Distribuição de Sobras	-	(11.711)	(7.990)
Imóveis de Uso	10.437	10.382	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	24.284	22.283	<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa</b>			
Outras Imobilizações de Uso	37.717	34.499				Líquido Proveniente/(Aplicado)	<b>(3.332)</b>	<b>(18.274)</b>	<b>(13.340)</b>
(Depreciação acumulada)	(23.141)	(20.069)				<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(149.969)</b>	<b>(126.180)</b>	<b>(115.622)</b>
INTANGÍVEL (NOTA 11)	19.540	16.335				Caixa e equivalente de caixa no início do período	564.690	540.901	656.523
Outros Ativos Intangíveis	37.061	29.472				Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	414.721	414.721	540.901
(Amortização acumulada)	(17.521)	(13.137)							
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.007.181</b>	<b>1.729.249</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.007.181</b>	<b>1.729.249</b>				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

### III - DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	(Não Auditado)								
	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>118.992</b>	<b>-</b>	<b>118.992</b>	<b>228.256</b>	<b>-</b>	<b>228.256</b>	<b>221.416</b>	<b>-</b>	<b>221.416</b>
Operações de Crédito	112.419	-	112.419	216.131	-	216.131	207.246	-	207.246
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	6.560	-	6.560	12.038	-	12.038	14.158	-	14.158
Resultado das Aplicações Compulsórias	13	-	13	87	-	87	12	-	12
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(46.381)</b>	<b>(139)</b>	<b>(46.520)</b>	<b>(88.049)</b>	<b>(219)</b>	<b>(88.268)</b>	<b>(115.663)</b>	<b>(1.998)</b>	<b>(117.661)</b>
Operações de Captação no Mercado	(24.336)	(139)	(24.475)	(47.021)	(219)	(47.240)	(70.031)	(132)	(70.163)
Operações de Empréstimos e Repasses	(11.248)	-	(11.248)	(23.133)	-	(23.133)	(20.183)	(1.866)	(22.049)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.797)	-	(10.797)	(17.895)	-	(17.895)	(25.449)	-	(25.449)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>72.611</b>	<b>(139)</b>	<b>72.472</b>	<b>140.207</b>	<b>(219)</b>	<b>139.988</b>	<b>105.753</b>	<b>(1.998)</b>	<b>103.755</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(40.595)</b>	<b>9.499</b>	<b>(31.096)</b>	<b>(74.185)</b>	<b>17.731</b>	<b>(56.454)</b>	<b>(43.681)</b>	<b>14.011</b>	<b>(29.670)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.350	20.716	31.066	19.309	38.386	57.695	17.420	28.625	46.045
Rendas de Tarifas Bancárias	10.090	-	10.090	20.131	-	20.131	18.836	-	18.836
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(37.328)	(4.413)	(41.741)	(71.267)	(8.148)	(79.415)	(66.337)	(6.125)	(72.462)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(25.341)	(5.060)	(30.401)	(49.861)	(8.572)	(58.433)	(42.520)	(5.512)	(48.032)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(99)	(935)	(1.034)	(195)	(1.710)	(1,905)	(169)	(1,230)	(1,399)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	25.829	1.091	26.920	51.987	1.250	53.237	68.910	427	69.337
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(24.096)	(1,900)	(25,996)	(44,289)	(3,475)	(47,764)	(39,821)	(2,174)	(41,995)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>32.016</b>	<b>9.360</b>	<b>41.376</b>	<b>66.022</b>	<b>17.512</b>	<b>83.534</b>	<b>62.072</b>	<b>12.013</b>	<b>74.085</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(1.158)</b>	<b>83</b>	<b>(1,075)</b>	<b>(547)</b>	<b>918</b>	<b>371</b>	<b>(1,149)</b>	<b>131</b>	<b>(1,018)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>30.858</b>	<b>9.443</b>	<b>40.301</b>	<b>65.475</b>	<b>18.430</b>	<b>83.905</b>	<b>60.923</b>	<b>12.144</b>	<b>73.067</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>(136)</b>	<b>(136)</b>	<b>-</b>	<b>(2.180)</b>	<b>(2,180)</b>	<b>-</b>	<b>(697)</b>	<b>(697)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(57)	(57)	-	(1,227)	(1,227)	-	(406)	(406)
Provisão para Contribuição Social	-	(79)	(79)	-	(953)	(953)	-	(291)	(291)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>30.858</b>	<b>9.307</b>	<b>40.165</b>	<b>65.475</b>	<b>16.250</b>	<b>81.725</b>	<b>60.923</b>	<b>11.447</b>	<b>72.370</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16,250)</b>	<b>-</b>	<b>11,447</b>	<b>(11,447)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>30.858</b>	<b>9.307</b>	<b>40.165</b>	<b>65.475</b>	<b>81.725</b>	<b>81,725</b>	<b>72,370</b>	<b>(11,447)</b>	<b>72,370</b>
<b>REVERSAO DE RESERVAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,095</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(58,536)</b>	<b>-</b>	<b>(58,536)</b>	<b>(50,087)</b>	<b>-</b>	<b>(50,087)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(9,925)	-	(9,925)	(9,940)	-	(9,940)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3,036)	-	(3,036)	(2,785)	-	(2,785)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(33,391)	-	(33,391)	(30,640)	-	(30,640)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(12,184)	-	(12,184)	(6,722)	-	(6,722)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24,284</b>	<b>-</b>	<b>24,284</b>	<b>22,283</b>	<b>-</b>	<b>22,283</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

### IV - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>140.663</b>	<b>120.609</b>	<b>-</b>	<b>15.872</b>	<b>277.144</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.607	-	-	(13.164)	(6.557)
Destinações para reservas	-	1.275	-	(1.275)	-
Outras destinações	-	-	-	(1.433)	(1.433)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.756	-	-	-	4.756
Baixas de capital	(9.891)	-	-	-	(9.891)
<b>Resultado do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>72.370</b>	<b>72.370</b>
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(2.786)	(2.786)
Reserva Legal - Estatutária	-	30.640	-	(30.640)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.718	-	-	(9.940)	(215)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	6.722	-	(6.722)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>151.860</b>	<b>159.245</b>	<b>-</b>	<b>22.283</b>	<b>333.388</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>11.197</b>	<b>38.636</b>	<b>-</b>	<b>6.411</b>	



**VI - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)**

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/10/1913 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi. O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objetivo assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar nº 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2019.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**  
Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**  
A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

**e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**  
Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**f) Operações de crédito**  
Operações demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/09 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**g) Provisão para operações de crédito**  
A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/09 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**  
Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro-rata dia* incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**i) Investimentos**  
Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**j) Imobilizado de uso**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**k) Intangível**  
Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciários, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

**l) Redução ao valor recuperável de ativos**  
Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**m) Depósitos a prazo**  
Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**  
Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata dia* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**o) Impostos e contribuições**  
As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**p) Ativos e Passivos contingentes**  
As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos provisórios são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**q) Estimativas contábeis**  
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre

outros. A liquidação das transações envolvendo essas demonstrações poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**  
Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades.....	7.760	11.232
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central.....	406.961	529.699
Total.....	414.721	540.901

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

**NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	4.017	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas.....	4.017	-
Total circulante.....	4.017	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	126.290	23.425
DI entre Cooperativas - Não Ligadas.....	6.566	-
DI entre Banco e Cooperativas.....	77.136	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.....	42.588	23.425
Total não circulante.....	126.290	23.425

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa.....	154.463	145.063
Total circulante.....	154.463	145.063

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de Crédito	2018			2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e títulos descontados.....	321.785	315.058	636.843	493.380	-	493.380
Financiamentos.....	76.926	74.622	151.548	95.719	-	95.719
Financiamentos rurais e agroindustriais.....	398.499	49.980	448.479	373.979	-	373.979
Carteira total.....	797.210	439.660	1.236.870	963.078	-	963.078

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Avais e Fianças Honoradas.....	490	-	490	1.034	-	1.034
Devedores por compra de valores e bens.....	1.897	4.000	5.897	5.763	-	5.763
Títulos e créditos a receber (i).....	38.612	9	38.621	29.234	-	29.234
Total.....	40.999	4.009	45.008	36.031	-	36.031

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
		Nível AA.....	1	52	-
Nível A.....	0,50	470.203	336.363	2.351	1.682
Nível B.....	1,00	437.846	314.667	4.378	3.147
Nível C.....	3,00	263.923	218.242	7.918	6.547
Nível D.....	10,00	41.328	49.973	4.133	4.997
Nível E.....	30,00	12.442	18.607	3.733	5.582
Nível F.....	50,00	10.970	15.197	5.485	7.599
Nível G.....	70,00	7.099	4.393	4.969	3.075
Nível H.....	100,00	38.066	41.615	38.066	41.615
Total (i).....		1.281.878	999.109	71.033	74.244

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 769 (2017 - R\$ 1.339).

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			2017		
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira	Total da Carteira	
		Pessoas Físicas.....	10.400	93.988	179.043	262.620	546.051
Rural.....	1.236	85.142	312.121	49.980	448.479	373.979	
Industrial.....	139	7.048	8.120	22.545	37.852	31.865	
Comércio.....	2.074	31.336	56.246	63.262	152.918	117.606	
Outros Serviços.....	863	15.869	34.584	45.262	96.578	76.523	
Total.....	14.712	233.383	590.114	443.669	1.281.878	999.109	

**d) Concentração das operações de crédito**

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores.....	48.923	3,82	44.386	4,44
50 devedores seguintes.....	109.791	8,56	103.328	10,34
100 devedores seguintes.....	121.023	9,44	100.650	10,07
Demais.....	1.002.141	78,18	750.745	75,14
Total.....	1.281.878	100	999.109	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2018	2017
Saldo inicial.....	75.583	65.123
Constituição de provisão.....	17.895	25.449
Movimentação de baixados para prejuízo.....	(21.676)	(14.989)
Saldo final.....	71.802	75.583

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 18.806 (2017 - R\$ 18.545), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 29.572 (2017 - R\$ 50.679).

**NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**  
Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais.....	323	272
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i).....	1.516	4.901
Devedores por compra de valores e bens.....	1.897	1.766
Devedores por depósitos em garantia.....	2.516	1.724
Impostos e contribuições a compensar.....	113	886
Títulos e créditos a receber.....	38.612	29.232
Valores honorados.....	-	212
Cotas de consórcio.....	1.778	1.392
Devedores por convênios.....	573	549
Operações com cartões.....	960	147
Pendências a regularizar.....	174	87
Outros.....	356	1.171
Total Circulante.....	48.818	42.339
Devedores por compra de valores e bens.....	4.000	3.997
Títulos e créditos a receber.....	9	2
Total não circulante.....	4.009	3.999

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, *softwares*, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS**

	2018	2017
Bens não de uso próprio.....	2.352	2.391
Imóveis.....	2.081	1.908
Veículos e afins.....	59	160
Máquinas e equipamentos.....	-	56
Bens em regime especial.....	212	267
Material em estoque.....	57	88
Despesas antecipadas.....	136	106
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso).....	(1.779)	(1.332)
Total Circulante.....	766	1.253
Despesas antecipadas.....	-	17
Total não circulante.....	-	17

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1.779 (2017 - R\$ 1.332) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 10 – INVESTIMENTOS**

	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste.....	20.847	20.359
Sicredi Participações S.A.....	16.391	16.391
Outras Participações e Investimentos.....	3	3
Sicredi Fundos Garantidores.....	3	3
Total.....	37.241	36.753

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas.....	5.315.874 ON 11.075.242 PN	5.315.874 ON 11.075.242 PN	3 3	3 3	20.846.958 Quotas	20.359.042 Quotas
Percentual de participação.....	1,86%	1,87%	1,86%	1,83%	5,44%	5,80%
Patrimônio líquido.....	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Capital social.....	906.341	893.040	252.691	240.569	393.974	361.565
Lucro líquido do exercício.....	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento.....	16.391	16.391	3	3	20.847	20.359

**NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de Depreciação %	2018		2017	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso.....	-	48.154	(23.141)	25.013	24.812
Imobilizações em curso.....	-	1.219	-	1.219	624
Terenos.....	-	300	-	300	300
Edificações.....	4%	10.137	(2.316)	7.821	8.191
Instalações.....	10%	11.131	(5.199)	5.932	5.853
Móveis e equipamentos de uso.....	10%	10.767	(5.715)	4.452	4.749
Sistema de comunicação.....	10%	769	(339)	430	212
Sistema de processamento de dados.....	20%	10.220	(7.539)	2.681	2.991</



**VINOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)**

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio.....	83.905	73.067
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais.....	(35.240)	(30.688)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais.....	101	12
Provisão resgate de milhas cartão.....	103	71
Provisão PPR.....	178	127
Reculta com atos cooperativos.....	27.500	25.588
Juros sobre capital próprio.....	4.169	4.175
Outros.....	1.009	18
Subtotal.....	33.060	29.991
IRPJ e CSLL registrados no resultado.....	(2.180)	(697)

**NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05).....	130.307	23.425
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06).....	154.463	145.063
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04).....	406.961	529.669
Outros Créditos - Rendas a receber.....	3.738	2.623
Outros Créditos - Diversos (Nota 08).....	1.377	4.989
Investimentos (Nota 10).....	37.241	36.753
Intangível (Nota 11).....	14.362	11.456
<b>Passivo</b>		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12).....	2.510	1.474
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13).....	453.097	372.566
Obrigações por empréstimos (Nota 14).....	-	13.683
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15).....	38.811	28.055
<b>Recultas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários.....	12.038	14.158
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços.....	21.801	15.360
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21).....	34.150	56.682
<b>Despesas</b>		
Operações de Captação e Mercado.....	90	304
Operações de Empréstimos e Repasse.....	23.133	22.049
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20).....	2.008	1.669
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22).....	21.975	20.714

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista.....	789	0,36%	166
Depósitos a prazo.....	2.802	0,33%	2.400
Operações de crédito.....	1.937	0,16%	2.643

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas-chave da administração**

Pessoas-chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas-chave da administração.....	3.650	3.329

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás.....	1.482	1.313
Despesa de aluguéis.....	4.540	4.503
Despesa de comunicação.....	2.689	2.856
Despesa de manutenção e conservação.....	4.845	4.111
Despesa de material.....	944	780
Despesa processamento dados.....	992	866
Despesa de promoções e relações públicas.....	7.003	4.549
Despesa de propaganda e publicidade.....	745	568
Despesa de seguro.....	1.205	1.041
Despesa de serviços do sistema financeiro.....	5.633	5.032
Despesa de serviços de terceiros.....	1.368	1.057
Despesa de serviços de vigilância e segurança.....	3.167	3.047
Despesa de serviços de técnicos especializados.....	3.444	2.747
Despesa de serviços de transportes.....	3.544	3.556
Despesa de viagem.....	1.429	30
Despesa de depreciação.....	5.337	4.708
Outras despesas administrativas.....	10.069	7.268
Total.....	58.433	48.032

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas.....	3.469	3.185
Ingressos depósitos intercooperativos(i).....	32.913	54.945
Reversão de provisões operacionais.....	9.714	7.177
Outras rendas operacionais.....	7.141	4.030
Total.....	53.237	69.337

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito.....	7.668	8.127
Contribuições Cooperativistas.....	118	109
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores.....	631	573
Contribuição Confederação Sicredi.....	16.157	14.021
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste.....	1.834	1.379
Encargos da administração financeira.....	218	307
Repasse administradora de Cartões.....	870	1.599
Depreciação e amortização (Rateio Confederação).....	2.933	2.865
Outras provisões operacionais.....	9.756	5.569
Outras despesas operacionais.....	7.579	5.446
Total.....	47.764	41.995

**NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras cobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i).....	369.152	278.547
Cobrigações em cessões de crédito.....	154	192
Total.....	369.306	278.739

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com o preceito dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
  - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
  - Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.
- O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema. Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

**II - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

**III - Risco de Mercado**

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

- Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:
- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
  - Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
  - Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
  - Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
  - Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

**IV - Risco de Liquidez**

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
  - A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema.

A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

- Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:
- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
  - O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
  - Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
  - Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
  - Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

**V - Risco de Crédito**

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

**VI - Informações Adicionais**

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

**NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
<b>Patrimônio de Referência (PR).....</b>	<b>374.263</b>	<b>321.183</b>
<b>Nível 1 (NI).....</b>	<b>374.263</b>	<b>321.183</b>
<b>Capital principal - CP.....</b>	<b>374.263</b>	<b>321.183</b>
Capital social.....	164.680	151.860
Reservas de capital.....	204.839	159.245
Lucros acumulados.....	24.284	22.283
Ajustes Previdenciais.....	(19.540)	(12.205)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).....</b>	<b>1.756.220</b>	<b>1.402.881</b>
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária.....</b>	<b>7.611</b>	<b>2.555</b>
<b>Margem de Capital (I).....</b>	<b>182.249</b>	<b>171.325</b>
<b>Índice de Basileia (PR / RWA).....</b>	<b>21,31%</b>	<b>22,89%</b>
<b>Situação de Imobilização (Imob).....</b>	<b>25.016</b>	<b>28.945</b>
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR).....</b>	<b>6,68%</b>	<b>9,01%</b>

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

**NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

<b>Giovani John</b> Diretor Executivo CPF: 666.099.760-15	
<b>Fernando Reichert Haas</b> Diretor de Operações CPF: 962.677.800-82	
<b>Eduardo Netto Sarubbi</b> Contador CRC: RS-060899/O-8 CPF: 694.157.650-20	

**VII - PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Cerro Largo / RS, 21 de fevereiro de 2019.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

<b>Clarice Maria Berwanger</b> Conselheira	<b>Paulo Cesar Schaefer</b> Conselheiro	<b>Jose Euclides Jung</b> Conselheiro
---	--	--

**VIII - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Associados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS Cerro Largo - RS

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, e não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso